

TENDÊNCIAS DAS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS DE RETORNO NO BRASIL

Silvana Nunes de Queiroz*

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar e comparar as informações sobre a migração interestadual de retorno para todas as Unidades da Federação e Grandes Regiões brasileiras. Os microdados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 são a principal fonte de informações, com o fluxo estudado durante os quinquênios de 1975/1980, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. Os resultados apontaram manutenção no volume de retornados para os estados de nascimento, com o fluxo envolvendo algo em torno de 1 milhão de pessoas ou cerca de 20% das migrações interestaduais no conjunto do país, desde a década de 1980. Quanto à distribuição regional, o Nordeste se destacou durante todo o período como a principal área de recepção de retornados, representando o refluxo das saídas - do lugar de onde partiu o maior contingente de emigrantes, procede o maior número de imigrantes de retorno. Em nível estadual, o Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e o Paraná, tradicionais áreas de perda populacional, receberam os maiores percentuais de regressados.

Palavras-chave: Brasil. Migração. Retorno Interestadual.

1 INTRODUÇÃO

O estímulo para o estudo da migração de retorno surgiu de leituras (RIBEIRO, CARVALHO; WONG, 1996a; 1996b; BAENINGER, 1999; CUNHA; BAENINGER, 2005) que apontaram, a partir da década de 1980, para mudanças nas tendências e características dos movimentos migratórios brasileiros, destacando-se a intensidade do fluxo de retornados para algumas Unidades da Federação.

Os anos 1980 são considerados pelos estudiosos de população como a década de ruptura nas tendências demográficas brasileiras, em especial na dinâmica migratória (MARTINE, 1994; PACHECO e PATARRA, 1997). Fatores associados à adoção de políticas neoliberais, globalização, reestruturação produtiva, conjugados com a crise econômica e políticas de desenvolvimento regional (QUEIROZ, 2003), ocasionaram alterações na reconfiguração do espaço econômico e redistribuição espacial da população (DINIZ, 1995; FERREIRA; LEMOS, 2000), ganhando relevo o processo migratório de retorno.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar e comparar o volume da migração de retorno entre as cinco grandes regiões e os estados brasileiros. Pretende-se demonstrar a

* Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) e Coordenadora do Observatório das Migrações no Estado do Ceará, financiado pelo CNPq.

importância dessa categoria de migrante, a partir do estudo do fluxo em uma única etapa, ou seja, direto para a Unidade da Federação de nascimento.

Para o alcance desses objetivos, a principal fonte de informações são os microdados da amostra dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Com isso, a análise da migração interestadual de retorno é realizada desde o primeiro Censo que é possível ser estimado até o mais atual. O fluxo é para os quinquênios de 1975/1980, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.

Incluindo esta introdução, o artigo está dividido em cinco seções. A segunda contextualiza, brevemente, estudos nacionais que trataram sobre a migração interestadual de retorno. A seção seguinte descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. A seção quatro trata de demonstrar a importância dessa categoria de migrante nas migrações internas. A quinta e última seção apresenta as principais conclusões do estudo.

2 FLUXO MIGRATÓRIO DE RETORNO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil, somente a partir dos anos 1980, com as acentuadas transformações nos movimentos migratórios internos, dos quais se destacavam o intenso volume de retornados para alguns estados de nascimento, o debate sobre esse processo ganhou espaço na produção acadêmica, destaque nos foros de discussão e nos meios de comunicação.

Amaral e Nogueira (1992), a partir de entrevistas realizadas em rodoviárias interestaduais, constataram que 87% dos migrantes que retornaram para Pernambuco eram procedentes do Sudeste. A principal justificativa era o motivo econômico — desemprego e elevado custo de vida no local de residência anterior, fatores de atração em Pernambuco não foram citados. Na verdade, o retorno ocorreu devido a “problemas” na origem, em função da estagnação econômica nos grandes centros urbanos, notadamente, no estado de São Paulo, durante a década de 1980.

Ao estudar a migração de retorno para a região Nordeste, Ribeiro, Carvalho e Wong (1996a, 1996b) apontaram que Pernambuco, Ceará e Maranhão foram os estados nordestinos que receberam o maior fluxo de retornados, especialmente do estado de São Paulo, durante os anos 1980. O estudo revelou que grande parte do retorno é familiar, formado pelo chefe de família, cônjuge e filhos que os acompanhavam. A população receptora se modifica (em termos de volume e perfil) pela volta dos retornados e migrantes não naturais, justificando a necessidade e a importância de avaliar este impacto.

Com enfoque na migração de retorno para as mesorregiões mineiras que apresentou elevado volume de retornados no intervalo 1981/1991 (386.560 mil), representando 47,6% do total da imigração interestadual, Ribeiro e Carvalho (1998), mais uma vez, atentaram para a importância da análise dos efeitos indiretos. No período em questão, 155.313 mil migrantes não naturais acompanharam os retornados que, em termos proporcionais, para cada 2,5 retornados, 1 migrante não natural o acompanhou.

A partir da análise dos efeitos da crise estrutural que assolou o país na “década perdida”, em especial o estado de São Paulo, Cunha (1998) evidenciou o aumento do fluxo migratório de retorno de São Paulo para a Bahia. Segundo o autor, quando comparado à década de 1970, o retorno migratório se intensificou nos anos 1980, especialmente para aqueles com mais tempo de residência em São Paulo. Por outro lado, as saídas da Bahia em direção a São Paulo não apresentaram grandes mudanças, evidenciando o aumento da circulação de pessoas entre esses dois Estados.

Os estudos de Baeninger (1998; 2000) destacaram o aumento no volume da migração interestadual de retorno desde a década de 1970. Num primeiro momento, ainda nos anos 1970, esse aumento ocorreu em função do processo de desconcentração das atividades econômicas, notadamente do estado de São Paulo, e do surgimento de polos regionais em regiões anteriormente estagnadas economicamente, como o Nordeste brasileiro. Posteriormente, a partir da década de 1980, observaram-se a continuidade e o crescimento no número de retornados, dessa vez, como também apontado por Cunha (1998), devido à crise econômica que abalou o país nesse decênio. Os dados apontaram que nos anos 1970, a migração de retorno representava 11% da migração total do país e, na década de 1980, cresceu para 24,5%. Minas Gerais e o Nordeste, em especial os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco, tiveram as maiores participações na proporção de retornados entre 1981/1991.

Buscando analisar a emigração interestadual do estado de São Paulo, Cunha (2000) observou que, no período 1986/1991, 72% dos retornados se dirigiram para os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Paraná.

Lyra (2003) procurou identificar, no período 1970/2000, se a migração de retorno para Pernambuco originária do estado de São Paulo representava a reversibilidade do movimento de “ir e vir”. A autora evidenciou que as redes sociais, durante o processo de migração e de remigração, se mantiveram entre os estados, principalmente no agreste pernambucano. A expansão de atividades comerciais entre essas duas Unidades da Federação estimulou o

contínuo e frequente “ir e vir”, nada podendo afirmar sobre a reversão dos movimentos, apesar do aumento do número de retornados.

Estudando o fluxo de retornados para o Paraná, Magalhães (2003) constatou que, no período 1981/1991, os maiores volumes procediam de localidades para as quais as saídas foram mais intensas (regiões Sudeste, Centro Oeste e Sul, e os estados de São Paulo, Mato Grosso e Santa Catarina). O destino preferencial foram as mesorregiões do Norte Pioneiro, Meso Norte Central, Centro-Occidental, Noroeste e o município de Londrina. Além disso, na média estadual, mais de 50% da imigração interestadual foi decorrente do retorno e dos seus efeitos indiretos ¹.

Cunha e Baeninger (2005) ao analisarem os cenários da migração brasileira, revelaram que algumas tendências observadas na década de 1980 não se confirmaram nos anos 1990. Entretanto, com relação à migração de retorno, essa se manteve e cresceu ao passar de um volume de 1,2 milhões de pessoas na década de 1970, para 2,7 milhões entre 1981/1991, aumentando para 3,8 milhões no intervalo 1990/2000. Nos anos 1990, os maiores volumes de retornados se dirigiram para Minas Gerais, Paraná, Bahia, Pernambuco e Ceará. Os pesquisadores justificaram que esse fenômeno retratava as dificuldades dos migrantes permanecerem em tradicionais locais de atração, como o estado de São Paulo, castigado pelo aumento do desemprego e pela influência da desconcentração da atividade econômica em direção à periferia nacional.

Procurando verificar se o Programa Bolsa Família (PBF) afetava a migração inter-regional, Silveira Neto (2008), a partir de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004, constatou que a transferência de renda age no sentido de diminuir as saídas de migrantes das regiões mais pobres para as áreas mais desenvolvidas. Entretanto, no que diz respeito à migração de retorno, os achados não apontaram para a influência do PBF sobre a remigração.

Fazendo uso do Censo Demográfico de 1991, Assis e Siqueira (2011) apontaram para a relevância da migração de retorno no Brasil, destacando a importância relativa do fluxo interestadual de retornados para a Paraíba. Os resultados mostraram que o estado de São Paulo — principal destino dos migrantes — se destacava no envio de retornados para o Nordeste. No caso da Paraíba, os retornados procediam, em sua maioria, do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro.

¹ Para maiores detalhes, veja Ribeiro (1988) e Magalhães (2003)

Em um estudo que analisava a influência do Programa Bolsa Família na decisão de migrar, a partir de informações da PNAD 2009, Gama (2012) concluiu que, no caso do estado de Minas Gerais, o recebimento do benefício reduz a chance de migração, mas não afetava a decisão de retornar.

A partir dessa breve sistematização de estudos sobre a migração de retorno, ficou clara a importância dessa temática que, paulatinamente, ganhou espaço na agenda acadêmica nacional. Diante dessa constatação, a próxima seção descreve os procedimentos metodológicos necessários à estimação do volume de retornados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa seção descreve de modo detalhado a fonte de dados, o recorte geográfico, temporal, e as definições para responder as questões e os objetivos propostos no presente trabalho.

Somente a partir do Censo Demográfico de 1980, pode-se contar com a amostra dos entrevistados que responderam o quesito sobre o local de residência anterior, tornando possível mensurar a migração de retorno. No Censo Demográfico de 1970, apenas os não naturais dos municípios responderam às questões sobre residência anterior (CARVALHO; 1982; CARVALHO; RIBEIRO; WONG, 1996b). Desse modo, utilizam-se como fonte de informações os microdados da amostra dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010. A partir desse recorte temporal, o panorama evolutivo da migração interestadual de retorno será analisado para quatro quinquênios consecutivos: 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa).

Convém ratificar e esclarecer que este estudo centra-se no efeito direto da migração interestadual de retorno, mesmo sabendo da importância do efeito indireto. Segundo Ribeiro, Carvalho e Wong (1996a, p.956): “O efeito direto [...] é definido como o retorno de naturais da região analisada. O efeito indireto [...] considera dois componentes: [...] imigração de não naturais, associada ao retorno de naturais; e [...] nascimentos na região de destino, filhos de naturais retornados”.

A próxima subseção descreve os procedimentos, as definições e as variáveis selecionadas na mensuração da migração interestadual de retorno em uma única etapa (CARVALHO; RIBEIRO; WONG, 1996a).

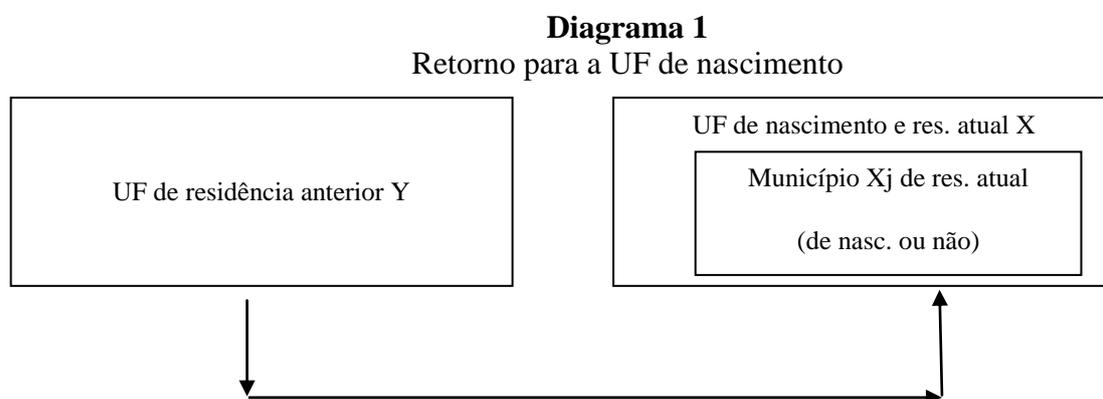
3.1 Retorno interestadual com somente uma etapa

Tomando como base a mensuração direta da migração² utilizada por Ribeiro, Carvalho e Wong (1996b), a migração de retorno será analisada em uma única etapa - direto para o estado de nascimento

O diagrama abaixo sintetiza a origem e o destino do fluxo do migratório de retorno.

i) Retorno direto para a UF de nascimento

Nessa situação não importa se o retorno interestadual foi para o município de nascimento ou município de não nascimento, mas dentro da Unidade da Federação.



Como no Censo Demográfico de 1980 era somente possível estimar a migração de última etapa, dado que o quesito sobre a migração em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do Censo) foi introduzido a partir do Censo Demográfico de 1991, os migrantes interestaduais de retorno foram definidos conforme abaixo.

3.2 Definições de migrante interestadual de retorno

Migração interestadual de última etapa – Censo Demográfico de 1980 (1975/1980)

Migrante de retorno estadual — indivíduo com cinco anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no estado de nascimento, mas há menos de cinco anos morava em outra Unidade da Federação.

² Conforme Rigotti (1999, p. 35): “Chama-se técnicas diretas o processo de estimação através da utilização dos quesitos censitários referentes aos migrantes [...]”.

Migração interestadual de data fixa – Censos Demográficos de 1991 (1986/1991), 2000 (1995/2000) e 2010 (2005/2010)

Migrante de retorno estadual – indivíduo com cinco anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no estado de nascimento, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra Unidade da Federação.

3.3 Tratamento das Informações

Para o tratamento estatístico das informações e seleção de variáveis a serem estudadas, foram realizados filtros no banco de dados com o uso do SPSS (*Statistical Package for the Social Science*). O tratamento gráfico será realizado através do programa TerraView, que possibilita a confecção dos mapas de localização.

4 MIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RETORNO COM UMA ÚNICA ETAPA – 1975-2010

Esta seção centra-se na análise evolutiva e comparativa da migração interestadual de retorno em uma única etapa, ou seja, direto para a UF de nascimento. Considerou-se como retornado o indivíduo com cinco anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no estado de nascimento e há menos de cinco anos (última etapa) ou exatamente cinco anos antes do recenseamento (data fixa) morava em outra UF. O recorte temporal é o período de 1975 a 2010, para quatro quinquênios consecutivos: 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa).

O objetivo é demonstrar a importância dessa categoria de migrante nas migrações internas, e responder às seguintes indagações: como tem evoluído o volume de retornados? Quais são os estados e regiões que mais recebem migrantes de retorno em relação ao seu total de imigrantes?

Com base nas informações contidas na Tabela 1, constatou-se que o retorno interestadual sempre esteve presente nas trajetórias populacionais do país, compondo parte importante dos movimentos migratórios, com tendência crescente durante os três primeiros

quinquênios (1975/1980, 1986/1991 e 1995/2000) e sutil inflexão no último intervalo (2005/2010).

Questões de ordem econômica, pessoais e características individuais predominam como os fatores determinantes das migrações e do movimento de retorno, mas os laços familiares (saúde da família), nostalgia da terra natal, relações de amizade, hábitos culturais e o reencontro com as suas raízes tem certa relevância na decisão de regressar (SCOTT, 1986; ZHAO, 2001; CARLEIAL, 2002; SOARES, 2002; DEBIAGGI, 2004; PIRACHA; VADEAN, 2009) ou permanecer no local de nascimento.

A partir dessa perspectiva, a Tabela 1 mostra que entre 1965/1970, 654.958 mil pessoas retornaram para os estados de nascimento, ou 13,68% do total da imigração interna. A partir dos anos 1980, esse fenômeno se intensificou e registrou um volume de um milhão de retornados (20,11%) no intervalo 1986/1991. Tal tendência permaneceu na década de 1990, com aproximadamente 1,1 milhão de indivíduos (21,92%) retornando entre 1995/2000. Todavia, no Brasil do século XXI (2005/2010), quando comparado aos anos 1990, o retorno apresentou ligeiro arrefecimento, envolvendo cerca de um milhão de pessoas ou 21,53% da migração interna.

Tabela 1 – Imigrante de retorno e participação relativa no total de imigrantes segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Brasil – 1975/1980, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.

Regiões e Unidades da Federação	Imigrante de retorno							
	75/80	86/91	95/00	05/10	Participação relativa no total de imigrantes (%)			
					75/80	86/91	95/00	05/10
RO	1.690	2.092	6.091	6.762	1,06	1,65	7,31	10,27
AC	492	2.193	2.785	2.124	6,03	16,89	20,43	15,30
AM	2.548	3.711	8.619	7.277	6,35	6,25	9,62	10,18
RR	225	497	1.011	1.621	1,92	1,41	2,12	6,34
PA	9.473	17.491	27.795	26.126	4,26	8,23	15,27	16,13
AP	575	1.556	2.327	2.529	4,61	6,58	5,22	6,83
TO	#	10.764	14.270	12.970	#	13,07	14,95	15,13
NORTE	15.003	38.304	62.897	59.410	3,30	6,92	11,30	12,87
MA	9.071	34.998	43.186	40.913	10,73	33,83	42,84	38,71
PI	11.306	28.238	40.997	28.695	23,03	38,71	46,20	38,98
CE	31.419	63.056	78.469	49.003	38,42	51,83	48,17	43,61
RN	17.336	27.660	27.748	20.434	30,73	36,60	35,61	30,17
PB	24.847	43.050	50.154	39.222	37,58	48,42	49,17	40,84
PE	52.909	73.553	73.554	54.049	36,25	42,85	44,61	36,40
AL	10.384	17.005	23.239	20.274	20,20	27,93	41,52	37,83
SE	9.094	14.298	13.510	13.502	22,32	25,54	25,92	25,46

BA	33.846	61.005	108.097	86.637	18,58	32,69	43,14	37,80
NORDESTE	200.212	362.862	458.955	352.728	26,40	38,70	43,47	37,53
MG	129.118	155.323	161.045	111.448	38,40	41,77	35,96	29,60
ES	18.140	24.955	21.831	18.744	17,51	18,43	16,90	14,33
RJ	29.977	37.670	49.351	47.112	7,59	14,87	15,43	17,42
SP	135.235	130.840	116.431	156.875	8,65	9,39	9,51	15,82
SUDESTE	312.470	348.787	348.658	334.178	13,03	16,20	16,44	18,89
PR	32.433	93.542	94.654	79.043	15,60	34,76	31,84	29,04
SC	25.937	36.459	34.962	39.011	20,32	21,41	17,51	12,95
RS	28.612	49.312	40.435	39.924	36,36	43,15	35,66	38,91
SUL	86.982	179.313	170.050	157.978	21,00	32,39	27,86	23,36
MS	11.121	15.929	14.997	16.139	7,77	12,84	15,35	16,31
MT	5.955	8.062	19.646	11.499	3,33	3,55	11,81	7,99
GO	17.978	48.400	54.294	47.787	10,01	18,06	14,57	13,13
DF	5.237	6.376	9.482	19.939	2,01	3,27	4,39	10,47
C. OESTE	40.291	78.768	98.419	95.364	5,29	9,67	11,54	11,96
BRASIL	654.958	1.008.034	1.138.979	999.658	13,68	20,11	21,92	21,53

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 (IBGE).

Nota (1): Exclusive Brasil sem especificação, país estrangeiro sem especificação e nascido no exterior.

A partir desse breve panorama surge a seguinte questão: o recente declínio no volume de retornados, revelado pelo Censo Demográfico 2010, permanecerá durante a segunda década do século XXI? A migração interestadual de retorno “perdeu a importância”? Provavelmente não, em termos relativos, o percentual de retornados manteve-se em torno dos 20% do total da imigração durante os três últimos interregnos (Figura 1).

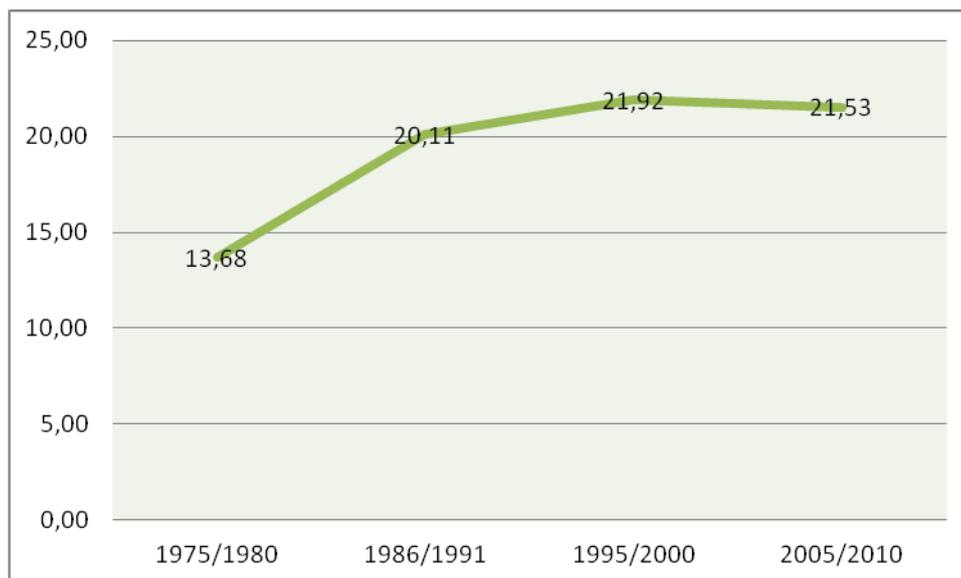


Figura 1 – Evolução da migração interestadual de retorno na participação relativa no total de imigrantes – Brasil – 1975/1980, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.

Fonte: Elaboração própria.

Brito, Rigotti e Campos (2012, p. 21) ratificam tal afirmação:

Utilizando as informações de data fixa, aqueles imigrantes que regressaram ao seu estado de origem aumentaram, em termos absolutos até o final do século, contudo diminuem na primeira década deste século. Contudo, as proporções, nos dois últimos períodos analisados, praticamente não se alteraram, o que indica a manutenção da importância relativa da imigração de retorno.

Quanto ao fluxo de retorno segundo Grandes Regiões, as informações na Tabela 1 e na Figura 2 mostram comportamentos distintos. A região Norte, apesar de apresentar a menor proporção de retornados, foi a única que aumentou de maneira ininterrupta a sua participação. Esse resultado é devido a mesma tipificar como área de absorção migratória (BAENINGER, 1999) ao atrair migrantes de toda parte do país, notadamente das regiões Sul e Nordeste (MARTINE, 1994), durante o ciclo de expansão de sua fronteira agrícola, construção da rodovia Transamazônica e projetos de mineração. Em nível estadual, Acre, Pará e Tocantins foram as UFs com maior atração de retornados.

Com relação ao Nordeste, durante os quatro momentos em estudo, essa região atraiu a maior proporção de retornados em relação ao seu total de imigrantes, dinâmica já esperada, em função da mesma tipificar como a principal área de perda populacional no país (BRITO, 1997; BAENINGER, 1999). No interregno 1975/1980, o fluxo foi de 26,40%, aumentou para 38,70% no período 1986/1991, alcançou o patamar de 43,47% entre 1995/2000 e declinou

para 37,53% no interregno 2005/2010, mas permaneceu como principal destino (Figura 2 e Tabela 1).

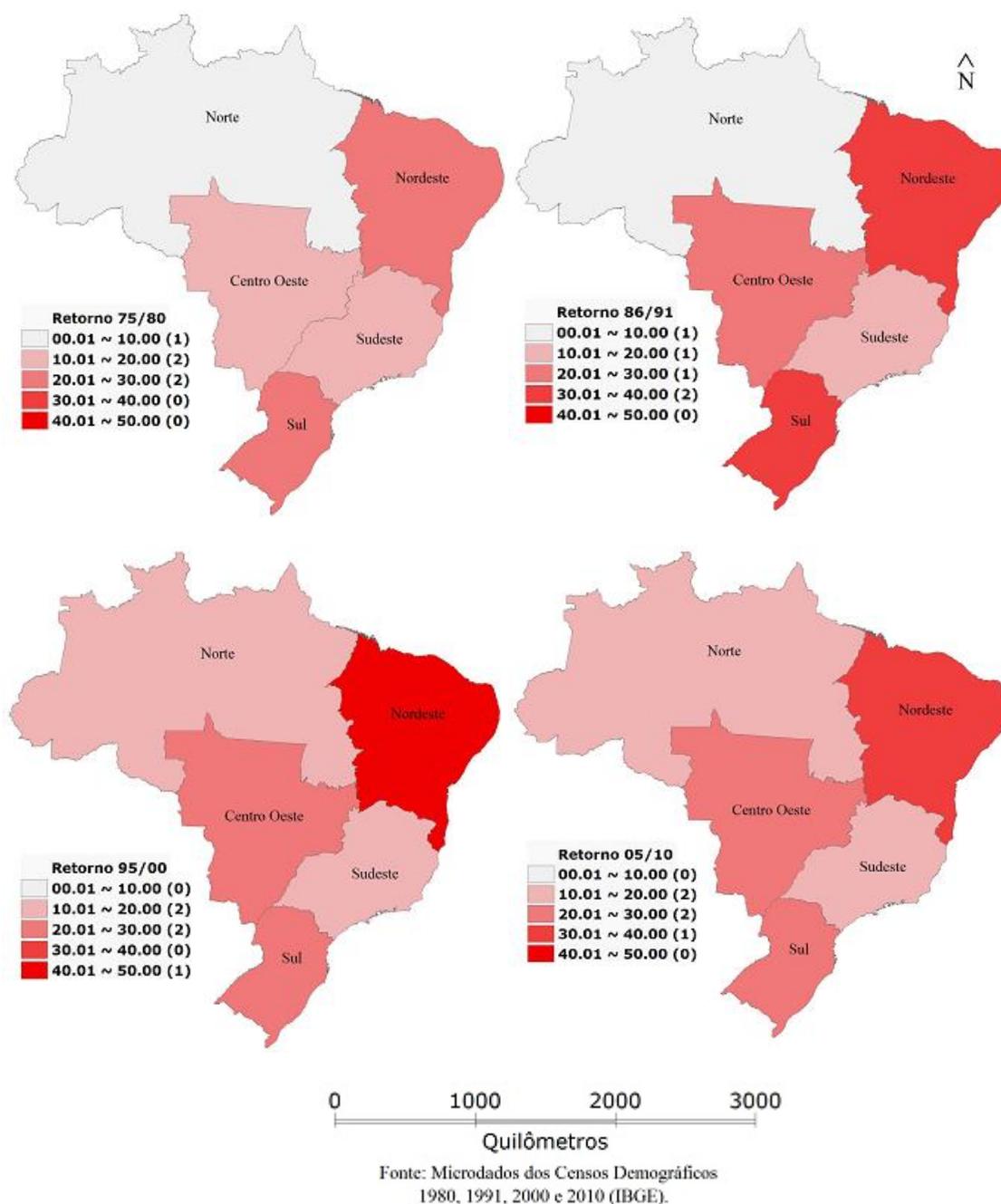
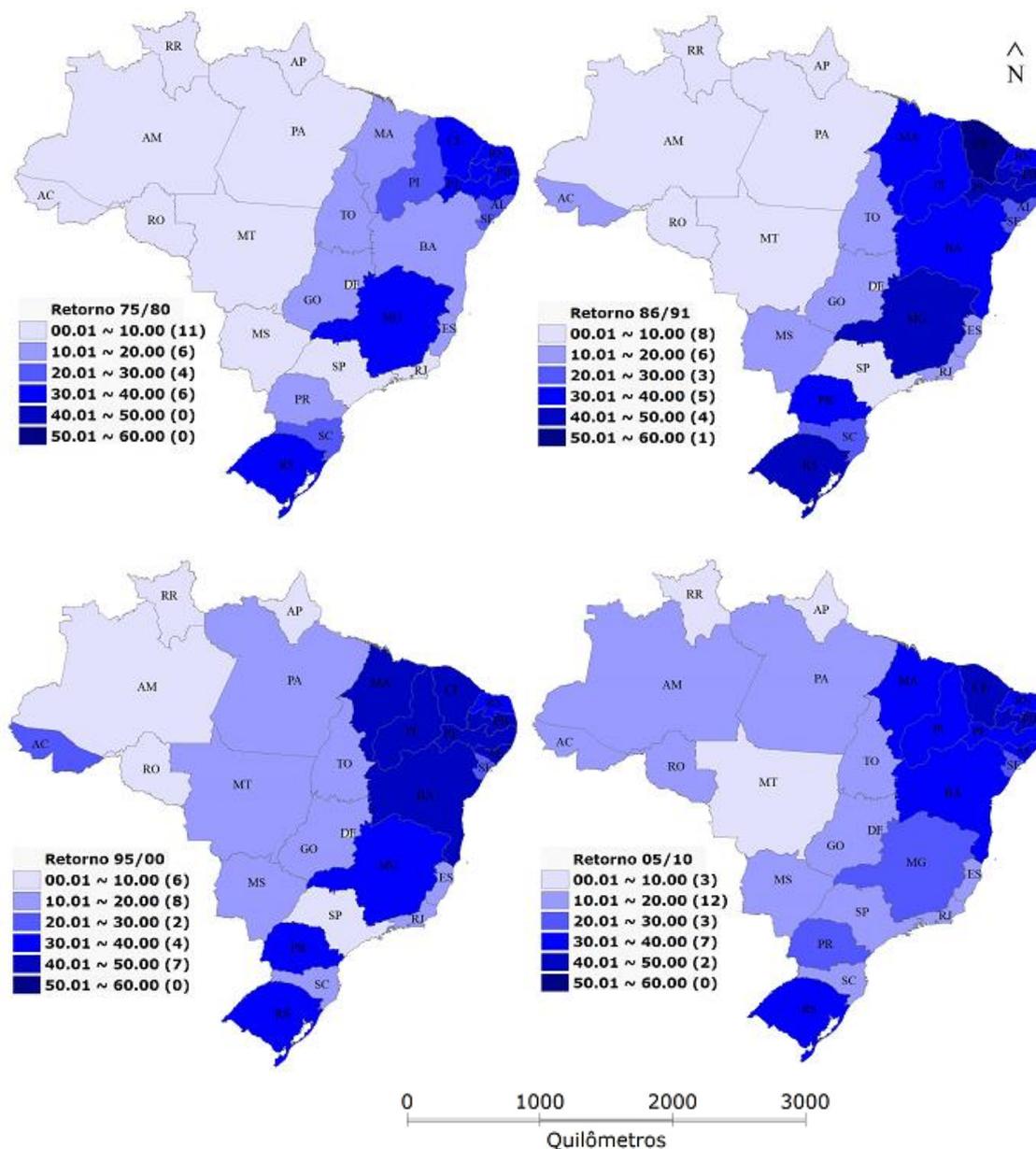


Figura 2 – Percentual de imigrantes interestaduais de retorno, segundo regiões de destino – Brasil - 1975/1980, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.

Fonte: Elaboração própria.

A partir dessa tendência, fica evidente a importância dessa categoria de migrante na composição dos fluxos que se dirigiram para as UFs do Nordeste. Nos quatro interregnos, todos os estados da região (com exceção do Maranhão, entre 1975/1980) apresentaram proporção de retornados acima da média nacional, Sergipe teve a menor participação (em torno de 25%) e o Ceará a maior (cerca de 45%).



Fonte: Microdados dos Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010 (IBGE).

Figura 3 – Percentual de imigrantes interestaduais de retorno, segundo Unidade da Federação de destino – Brasil - 1975/1980, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Fonte: Elaboração própria.

No tocante ao retorno para o Ceará, durante três quinquênios (1975/1980, 1986/1991 e 2005/2010), esse estado se destacou ao receber a maior proporção de retornados no conjunto do país, com participação de 38,42%, 51,83% e 43,61%, respectivamente. Somente no interregno 1995/2000, a Paraíba (49,17%) ligeiramente superou a participação cearense (48,17%). O elevado custo de vida, violência, trânsito, poluição nas grandes metrópoles e, principalmente, a perspectiva de crescimento econômico e geração de postos de trabalho no estado (COSTA, 2011) deverão permanecer estimulando a incidência do retorno para o Ceará.

Outro importante resultado revelou que, durante todo o período, apesar de o Ceará superar os percentuais de retornados para Minas Gerais, essa UF sempre foi notificada em diversos estudos e na mídia em geral como o estado de grande recepção de naturais que voltaram para o local de nascimento (RIGOTTI, 1999; BRITO; CAMPOS; RIGOTTI, 2012). De fato, é verdade, mas se justifica em função do número absoluto de mineiros que partiram ultrapassar o volume das saídas do Ceará.

No que diz respeito ao Sudeste, essa região sempre se posicionou em terceiro lugar, atrás do Nordeste e do Sul (tradicional áreas de perda populacional), mas com participação crescente a cada intervalo, aumentando de 13,03% para 18,89% entre 1975/1980 e 2005/2010, respectivamente (Tabela 1). Do ponto de vista estadual, o grande destaque ficou por conta de Minas Gerais. Entre 1975/1980, essa UF recebeu 38,40% de retornados em relação ao seu total de imigrantes, contra 17,51% do Espírito Santo, 8,65% de São Paulo e 7,59% do Rio de Janeiro. No interregno seguinte (1986/1991), Minas atraiu mais retornados (41,77%), porém, desde os anos 1990, tal tendência desacelerou, com participação de 35,96% entre 1995/2000, passando para 29,60% no intervalo 2005/2010. Por sua vez, a imigração de retorno pleno aumentou, ou seja, o movimento de saída e volta para Minas Gerais, no intervalo de cinco anos, intensificou-se em termos absolutos e relativos ao passar de 123.896 mil pessoas (21,67%) para 166.775 mil (30,70%) entre 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente (BRITO; CAMPOS; RIGOTTI, 2012).

Em relação aos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, tradicionais polos de recepção de migrantes interestaduais (BRITO, 1997; BAENINGER, 1999; BAENINGER; CUNHA, 2005; BRITO; CARVALHO, 2006), os resultados dos dois últimos Censos Demográficos apontaram para ligeiro aumento na importância do retorno na composição de suas entradas. São Paulo aumentou em termos absolutos (de 116.431 mil para 156.875 mil) e relativos (de 9,51% para 15,82%) entre 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente. O Rio de

Janeiro teve acréscimo na sua participação relativa (de 15,43% para 17,42%) e sensível declínio em números absolutos (de 49.351 mil para 47.112 mil).

Tais achados ratificam as evidências encontradas por Baeninger (2012, p. 34) para o início do século XXI. Segundo a autora:

O contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, em anos recentes, induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, reemigração, outras etapas – que pode ser mesmo o próprio local de origem antes do próximo refluxo para o último destino –, onde as migrações assumem um caráter mais reversível (DOMENACH; PICOUE, 1990) do que nas explicações que nos pautávamos até o final do século 20.

No tocante ao Sul do país, durante todos os intervalos, essa região figurou em segundo posto na atração de retornados (Figura 2 e Tabela 1). Essa dinâmica está vinculada às suas tradicionais perdas populacionais, representando o refluxo da saída em massa, entre as décadas de 1960 e 1970, para áreas de fronteiras agrícolas do Centro Oeste e do Norte, além do estado de São Paulo (MARTINE, 1994). Nesse contexto, entre 1965/1970 e 1986/1991, a proporção de retornados aumentou de 21% para 32,39%, respectivamente. Contudo, desde os anos 1990, o contingente relativo diminuiu para 27,86% entre 1995/2000, baixando para 23,36% no último período (2005/2010).

A análise estadual mostrou que esse fenômeno se distribuiu de modo diferenciado (Figura 3). Santa Catarina, nos dois primeiros quinquênios, recebeu proporção de retornados (20,32% e 21,41%, respectivamente) semelhante à média brasileira e, nos dois últimos períodos, diminuiu a sua participação (de 17,51% para 12,95%, respectivamente), posicionando-se abaixo da média do país. O Paraná, tradicional polo de expulsão (MAGALHÃES, 2003; RIPPEL, 2005), a partir dos anos 1980, superou a média nacional, com participação de 34,76% entre 1986/1991, mas decresceu nos dois intervalos seguintes (31,84% e 29,04%). O Rio Grande do Sul, por sua vez, durante todo o período se destacou ao configurar com percentuais acima da média nacional, inclusive com participação crescente entre 1995/2000 (35,66%) e 2005/2010 (38,91%), enquanto a maioria dos estados declinou.

A dinâmica migratória gaúcha é semelhante à cearense e à mineira ao se caracterizar durante décadas como área de perda populacional, mas, desde os anos 1980 — aos poucos —, essa tendência se altera a partir do descenso no ritmo de crescimento das taxas de emigração e aumento nas taxas de imigração (JARDIM; BARCELLOS, 2011). Com relação à migração de retorno, de acordo com as referidas autoras (2011, p. 138), “[...] é relevante notar que as

maiores proporções de retorno têm origem em estados das regiões Norte e Centro-Oeste, para as quais se deslocou grande contingente de gaúchos oriundos do campo, principalmente nos anos 70”.

O Centro Oeste, como esperado, apresentou percentuais de retornados bem abaixo da média nacional, mas com participação crescente entre os Censos Demográficos (Figura 2 e Tabela 1). Essa dinâmica, em parte, é resultado da expansão da sua fronteira agrícola e da construção da capital do país que, desde os anos 1950, atraíram nordestinos e mineiros (“candangos”), tornando o Centro Oeste uma importante área de destino (CAMARANO; BELTRÃO, 2000). O retorno segundo UFs apontou Goiás como o mais atrativo, com participação crescente nos quatro períodos, mas com valores inferiores à média nacional (em torno de 10 a 18%). Por sua vez, o Distrito Federal recebeu a menor proporção, mas com crescimento significativo de 4,39% para 10,47%, entre 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente. Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso também figuram com valores abaixo da média nacional (Figura 3).

Depois de traçarmos o quadro geral da migração interestadual de retorno no país, e revelarmos as principais rupturas e tendências durante o período de 1975 a 2010, foi possível comprovar a importância dessa categoria de migrante para o Brasil, destacando-se o fluxo de retorno para algumas Unidades da Federação, como é o caso dos estados do Nordeste, em especial o Ceará, Paraíba e Pernambuco, além de Minas Gerais no Sudeste e o Rio Grande do Sul e o Paraná no Sul.

5 CONCLUSÃO

Buscou-se com este trabalho, demonstrar a importância da migração interestadual de retorno na composição das migrações brasileiras e contribuir com o estudo minucioso dessa categoria de migrante.

A ideia do retorno faz parte da condição do migrante, o ciclo vital da emigração só se fecha com a imigração/retorno à residência base, onde o projeto do retorno já está presente antes mesmo da partida. Além disso, o retorno não representa apenas o espaço físico, mas a volta para o espaço social e o seu universo cultural.

Nesse sentido, os principais resultados revelaram que, no intervalo 1986/1991, 1 milhão de pessoas retornaram para a Unidade da Federação de nascimento, representando 20,11% do fluxo migratório interestadual. Esta tendência se intensificou na década de 1990,

com aproximadamente 1.1 milhão de indivíduos (21,92%) regressando para o estado de nascimento, entre 1995/2000. Todavia, no Brasil do século XXI (2005/2010), quando comparado aos anos 1990, o retorno apresentou ligeiro arrefecimento, envolvendo cerca de 1 milhão de pessoas (21,53%). Mas, de maneira geral, mantêm-se a tendência revelada nos Censos de 1991 e 2000, com o percentual de remigrados girando em torno de 20%, nos três intervalos, apontando para a importância da migração interestadual de retorno na composição das entradas.

Em nível regional, durante todos os quatro quinquênios analisados, a região Nordeste atraiu a maior proporção de migrantes de retorno, procedente, notadamente do Sudeste. Esta dinâmica representa o refluxo de tendências passadas, dado que, desde a década de 1960, os maiores volumes migratórios do país partiu desta região (área mais pobre) em direção ao Sudeste (região mais rica).

A partir desta tendência, todos os estados da região Nordeste apresentou proporção de retornados acima da média nacional. Nesse fluxo, destacou-se o movimento interestadual de retorno para o Ceará, que dentre as vinte e seis Unidades da Federação, além do Distrito Federal, durante três quinquênios recebeu, em termos relativos, o maior contingente populacional de retorno, mostrando a importância deste tipo de migrantes para alguns estados (Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná) e a possibilidade de estudos específicos para estas áreas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. E. P. do; NOGUEIRA, R. A. de M. **A volta da Asa Branca e as primeiras impressões de retorno.** In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 8 Belo Horizonte: ABEP, 1992, v.3, p.201-212.

ASSIS, R. S.; SIQUEIRA, L. B. O. O fenômeno da migração de retorno no Brasil e no estado da Paraíba: uma análise para o período censitário de 1986-1991. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA. 7., 2011, Salvador. **Artigo...** Salvador: 2011.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia: ABEP, 2012.

_____. **Região, Metrópole e Interior:** Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes. Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 1999.

_____. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 12.,1998, Caxambu. **Artigo...** Caxambu: ABEP, 1998.

BRITO, F. **População, espaço e economia: uma perspectiva histórica.** 1997. Tese Doutorado-Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.

_____; RIGOTTI, J. I.; CAMPOS, J. **A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI: mudança no padrão migratório?.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012.

_____; CARVALHO, J. A. M. As migrações internas no Brasil e as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas** Brasília, v. 22, p. 441-455, 2006.

CAMARANO, A. A.; BELTRÃO, K. I.; ARAÚJO, H. E.; MEDEIROS, M. Análise demográfica da região Nordeste. In: PACHECO.C.A.; PATARRA.N. **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil.** Campinas: Unicamp. IE, 2000.

CARLEIAL, A. N. Cultura migratória. In:ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 23.,2002,Ouro Preto. **Artigo...**Ouro Preto: ABEP, nov. 2002.

COSTA, M. O. **Formalização do emprego e inserção precária:** duas faces do mercado de trabalho da RMF. Fortaleza: IDT, 2011. 50 p.

CUNHA, J. M. P. da; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Cadernos do CRH (UFBA)**, Salvador, v. 18, n. 43, 2005.

_____. (Des) continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1970/1991: qual o efeito da crise? In:ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11.,1998,Caxambu. **Anais...**Caxambu: ABEP, out. 1998, GT2, ST6, p.605-626.

CUNHA, A. S. Migração de retorno num contexto de crise, mudanças e novos desafios. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 22., 2000,Caxambu. **Artigo...** Caxambu: ABEP, 2000.

DeBIAGGI, S. D. 2004. Homens e mulheres mudando em novos espaços: famílias brasileiras retornam dos EUA para o Brasil. In: DeBIAGGI, S. D.; PAIVA, G. J. (org.). **Psicologia, E/Imigração e cultura.** São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 135-164.

FERREIRA, M. F. S.; LEMOS, M. B. Localização industrial e fatos estilizados da nova reconfiguração espacial do Nordeste, **Revista econômica do nordeste.** Fortaleza, v.31, n. Especial, nov. 2000.

GAMA, L. C. D. **O Programa Bolsa Família pode influenciar a decisão por migrar? Uma análise para o estado de Minas Gerais.** In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 15., 2012, Diamantina.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO ESTÁTICA- IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Censo Demográfico 2000:** documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Censo Demográfico 1991.** Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Censo Demográfico 1991:** documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Censo Demográfico 1980.** Rio de Janeiro, 1981.

_____. **Censo Demográfico 1970.** Rio de Janeiro, 1971.

JARDIM, M. L. T.; BARCELLOS, T. M. M. de. Migrações no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 7., 2011, Curitiba. **Anais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP,** Curitiba: 2011.

LYRA, M. R. S. **O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco – São Paulo – Pernambuco.** Tese de doutorado. IFCH/UNICAMP, 2003.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes:** as migrações que também migram. Tese Doutorado – Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.** Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, texto para discussão n. 329, jan, 1994.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana:** São Paulo 1980-1993. Campinas: UNICAMP/IE, 1997, p.25-52.

QUEIROZ, S. N. de.; **Migração para o Ceará nos anos 90.** 2003. Dissertação – Economia Universidade Federal da Paraíba, 2003.

RIBEIRO, J. T. L.; CARVALHO, J. A. M. A imigração para Minas Gerais no período 1981/1991, com especial enfoque na migração de retorno. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Artigo...** Caxambu: ABEP, out. 1998, GT2, ST8, p.855-868.

_____; WONG, L. R. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA

DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996a, Caxambu. **Artigo...** Caxambu: ABEP, out. 1996a.

_____ . Migração de retorno: algumas possibilidades de mensuração. In: X Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 10., 1996b, Caxambu. **Artigo...** Caxambu: ABEP, out. 1996b.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários:** aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Tese Doutorado – CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1999.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná -** Uma análise de 1950 a 2000. . Tese de doutorado. IFCH/UNICAMP, 2005.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998. 299p.

SCOTT, R. P. O retorno ao Nordeste: refugio, família e reprodução. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 4., **Anais...** Águas de São Pedro, Abep, v. 2, 1986.

SILVEIRA NETO, R. M. Do Public Income Transfer to the Poorest affect Internal Inter-Regional Migration? Evidence for the Case of Brazilian Bolsa Família Program. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 36.,2008, Bahia. **Artigo...** Bahia, 2008.

SOARES, Weber. **Da metáfora a substância:** redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. 2002. (tese de doutorado).

VADEAN, F.; PIRACHA, M. 2009. **Circular migration or permanent return:** what determines different forms of migration? IZA Discussion Papers 4.287, Institute for the Study of Labor (IZA).

ZHAO, Y (2001): **Causes and consequences of return migration:** recent evidence from China. Beijing (China Center for Economic Research, Beijing University), Paper No. E2001010, November 30, 2001.